



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28 Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2022, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais
2. Apreciação e votação do parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República ao Estado do Catar, entre 23 e 25 de novembro do corrente ano, a fim de assistir ao primeiro jogo da Seleção Nacional no Campeonato do Mundo de futebol.
3. Outros assuntos

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto, foi por este referido, no âmbito do **Ponto 1.** da OD que, devido a indisponibilidade de parte significativa dos seus Deputados, solicitou o PSD a consideração de datas alternativas para a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a requerimento do PSD, agendada para 6 de dezembro próximo. Foram indicadas como datas alternativas:

- 13 de dezembro** (apenas poderá comparecer o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas);
- 20 de dezembro** ou **10 de janeiro** (a aguardar resposta do Gabinete da Ministra dos Assuntos Parlamentares)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28 Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Ficaram, assim, mandatados os Serviços para prosseguir na ultimização deste compromisso, tendo sido lembrado por parte do Presidente, que se encontra agendada audição regimental para 24 de janeiro.

No **Ponto 2.**, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do projeto de parecer da Comissão, alusivo ao tema em apreço.

Interveio o Deputado José Soeiro (BE) para propor que a discussão deste parecer tenha lugar, conjuntamente, com dois Projetos de Resolução que se encontram pendentes acerca da mesma matéria.

Em resposta, o Presidente confirmou que, a esta data, não haviam baixado à comissão quaisquer iniciativas acerca da matéria, pelo que a sua discussão conjunta não se colocava.

Ultrapassada a questão anterior e entrados na apreciação do assentimento, intervieram os seguintes Deputados:

Tiago Moreira de Sá (PSD) que começou por distinguir o assentimento em presença de qualquer outro tipo de iniciativa acerca da mesma matéria, sublinhando que no caso presente está em causa o princípio da separação de poderes, pois a decisão de viajar é da exclusiva competência do Presidente da República. Sublinhou, porém, não estar em causa a vergonha que consistiu na atribuição do certame ao Catar.

Francisco César (PS) que sinalizou a clareza da Constituição acerca da presente matéria, pois o assentimento prestado pelo Parlamento possui apenas eficácia interna relacionada com o funcionamento das instituições envolvidas, não pressupondo nem veiculando qualquer tipo de apreciação de mérito político. Porém, frisou, tal não afasta a posição política do PS a favor do respeito pelos Direitos Humanos.

José Soeiro (BE), tendo referido que a Assembleia da República é um órgão político e que, em tal qualidade, deve tomar uma posição acerca desta deslocação a um país que desrespeita os Direitos Humanos. E se foi vergonhosa a atribuição do certame em causa ao Catar, em 2010, não deixa igualmente de sê-lo a colagem institucional ao mesmo por parte de diversas entidades políticas.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28 Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Pacheco de Amorim (CH) para referir não fazer sentido que o Parlamento se deva pronunciar quanto ao mérito da viagem do Presidente da República, embora a Assembleia não deva, nestes casos, “assinar de cruz”, o facto é que o Presidente decidiu apoiar a seleção nacional de futebol, pelo que o CH se irá abster.

Rodrigo Saraiva (IL) para referir que o seu Partido faz uma leitura diferente da de PS e PSD acerca do preceito constitucional em apreço, pois existe uma questão de princípio _ os direitos Humanos_ que deve prevalecer em qualquer democracia liberal. Relembrou, ainda, que o Catar, aquando da atribuição da organização do Mundial, se havia comprometido a eliminar a cominação de penas degradantes, situação que não se alterou. E invocou o caso da atribuição à Rússia do Mundial de 2018, na qual todos fecharam os olhos à escalada da agressão na Crimeia, branqueando daquela forma o próprio regime autocrático de Putin.

Paula Santos (PCP) que realçou o desporto enquanto fonte de entendimento e desenvolvimento dos povos. Condenando o desrespeito pelo Catar dos direitos dos trabalhadores na construção das infraestruturas do Mundial, salientou que a competência do Parlamento para autorizar esta deslocação não tem por finalidade condicionar ou definir a agenda política do Presidente da República, de resto, proibida pela Constituição.

Finalmente, interveio o Presidente da Mesa para lembrar que a Comissão possui já doutrina expressa do antecedente acerca desta matéria, consistindo na posição de que em casos como o presente não estar em causa uma avaliação do mérito jurídico-político da decisão do Presidente da República, o que não deve pôr em causa, contudo, a liberdade de discussão e apreciação política por parte dos Deputados, exercício que se levou efetivamente a efeito.

Finda a apreciação, procedeu-se à votação do parecer, o qual veio a ser aprovado por maioria, com votos favoráveis de POS, PSD e PCP, votos contra de IL e BE e a abstenção do CH.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28
Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2022.

O PRESIDENTE

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28
Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Pedro Filipe Soares (BE)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Susana Correia (PS)
Carla Madureira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Francisco César (PS)
Duarte Pacheco (PSD)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 28
Ata n.º 28 / XV / 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eunice Pratas (PS)
João Azevedo (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Ricardo Sousa (PSD)
Paula Santos (PCP)
Paula Cardoso (PSD)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 6 de dezembro de 2022